

## **JEFERSON BOTELHO**

*Secretário de Estado Adjunto de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais –  
período de 03/02/2021 a 23/11/2022*

*Delegado-Geral de Polícia Civil de Minas Gerais – Aposentado*

*Professor de Direito Penal e Processo Penal*

*Pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal Lato Sensu – Fadivale*

*Especialização em Combate à Corrupção, Antiterrorismo e Combate ao Crime  
Organizado – Universidade Salamanca – Espanha*

*Mestre em Ciências das Religiões – Faculdade Unida de Vitória/ES*

*Autor de obras jurídicas*

*Advogado em Minas Gerais*

# **CRIMINOLOGIA**

## **DA ABORDAGEM JURÍDICO-SOCIAL À PREVENÇÃO CRIMINAL**



**EDITORA MIZUNO**  
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

# **Criminologia: Da Abordagem Jurídico-social à Prevenção Criminal**

©Jeferson Botelho

EDITORA MIZUNO 2023

Revisão Técnica: Jeferson Botelho

Revisão de Português: Eliane Chainça

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

B748c Botelho, Jeferson.

Criminologia: da abordagem jurídico-social à prevenção criminal / Jeferson Botelho.  
 – Leme-SP: Mizuno, 2023.

495 p.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-5526-650-4

1. Criminologia. 2. Julgamentos criminais. I. Botelho, Jeferson. II. Título.

CDD 345.0772

**Índice para catálogo sistemático**

I. Criminologia

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	21
<b>NOTAS INTRODUTÓRIAS</b> .....	23
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONHECENDO A CRIMINOLOGIA</b> .....	35
1.1 Aspectos conceituais da Criminologia.....	35
1.2 Origem do termo criminologia.....	37
1.3 Criminologia e Ciência Interdisciplinar.....	37
1.4 O método criminológico.....	38
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>OBJETOS DA CRIMINOLOGIA</b> .....	39
2.1 Infração Penal.....	39
2.2 Conceito de Infração Penal.....	40
2.3 Conceito de Crime.....	41
2.3.1 ○ Conceito Formal de Crime.....	41
2.3.2 Conceito Material de Crime.....	42
2.3.3 Conceito Analítico de Crime.....	42
2.3.4 Conceito de crime no PLS nº 236/2012.....	43
2.4 Delinquente.....	44
2.5 Vítima.....	45
2.5.1 Primeira Fase de Ouro ou do Protagonismo da vítima.....	46
2.5.2 Segunda Fase da Neutralização da vítima.....	48
2.5.3 Terceira Fase. Direito Penal de 3ª via no Brasil.....	49
2.5.4 Breves comentários sobre a vitimologia.....	50
2.5.5 Estudo sobre as vias do Direito Penal.....	52
2.5.6 A Moderna Quarta Via do Direito Penal do Professor Jeferson Botelho.....	55

2.5.7 As velocidades do Direito Penal.....	57
2.5.8 O Direito Penal Romântico e sua relação estreita com Gramado/RS .....	58
2.6 Controle Social.....	62
2.6.1 Controle social informal.....	63
2.6.2 Controle social formal .....	69

### **CAPÍTULO III**

<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO NO MUNDO</b> .....	73
3.1 Escola Clássica.....	78
3.2 Escola Positiva.....	81
3.3 Escola Psicanalista.....	83
3.4 Escola estrutural funcionalista.....	84
3.5 Escola da Socialização Defeituosa.....	86
3.6 Escola dos contatos diferenciais ou Associação Diferencial.....	86
3.7 Teoria da Subcultura de Grupos.....	86
3.8 Teoria do Labelling Arouch, interacionismo simbólico, etiquetamento, rotulação ou reação social.....	87

### **CAPÍTULO IV**

<b>DA CRIMINALIDADE NO BRASIL</b> .....	91
4.1 Aspectos gerais da Criminalidade no Brasil.....	91
4.2 Problema conceitual sobre criminalidade e violência.....	96
4.3 Do grupo da criminalidade genocida no Brasil.....	97

### **CAPÍTULO V**

<b>A VÍTIMA DO ESTADO E O ANONIMATO</b> .....	99
5.1 As cifras da Criminologia.....	100
5.2 Das cifras negras ou escuras.....	100
5.3 Das cifras cinzas .....	100
5.4 Das cifras amarelas.....	101
5.5 Das cifras douradas .....	101
5.6 Do número real de registros.....	101

### **CAPÍTULO VI**

<b>DA TEORIA GERAL DA PENA</b> .....	103
6.1 Conceito de Sanção Penal.....	103

6.2	Modalidades de Sanção Penal.....	103
6.3	Princípios modernos da pena.....	105
6.3.1	Princípio da legalidade.....	106
6.3.2	Princípio da personalidade ou intransmissibilidade da pena.....	106
6.3.3	Princípio da Proporcionalidade da pena.....	107
6.3.4	Princípio da inevitabilidade da pena.....	108
6.3.5	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	109
6.3.6	Princípio da vedação do “bis in idem”.....	110
6.3.7	Princípio da individualização da pena.....	111
6.4	Da finalidade da pena.....	111
6.4.1	Teoria absoluta da Pena.....	112
6.4.2	Teoria Relativa da Pena.....	112
6.4.2.1	Teoria da Prevenção Geral negativa e positiva.....	112
6.4.2.2	Teoria da Prevenção Especial negativa e positiva.....	112
6.5	Teoria Agnóstica da Pena.....	113
6.6	Das penas proibidas no Brasil.....	113
6.7	Das penas permitidas no Brasil.....	113
6.8	Da pena de Morte no Brasil.....	114
6.9	O último caso de execução de pena de morte no Brasil.....	115

## **CAPÍTULO VII**

### **AS DIFUSÕES COLORIDAS DA INTERPOL E O CRIME ORGANIZADO.....**

7.1	Da adesão do Brasil à INTERPOL.....	120
7.2	Das difusões da Interpol.....	121
7.2.1	Da difusão vermelha.....	122
7.2.2	Da difusão azul.....	125
7.2.3	Da difusão amarela.....	125
7.2.4	Da difusão laranja.....	125
7.2.5	Da difusão preta.....	125
7.2.6	Da difusão roxa.....	126
7.2.7	Da difusão verde.....	126
7.2.8	Da difusão especial.....	126

## **CAPÍTULO VIII**

### **O PROCESSO DE DESCARCARIZAÇÃO NO BRASIL.....**

8.1	Da adesão às Regras de Tóquio.....	129
8.2	Do livramento condicional.....	130

8.3 Da suspensão condicional da pena .....	130
8.4 Da suspensão condicional do processo.....	131
8.5 Da substituição da pena privativa de liberdade.....	132
8.6 Do Juizado Especial Criminal.....	132
8.7 Das medidas alternativas da prisão .....	133
8.8 Da saída temporária.....	134
8.9 Da remição da pena .....	140
8.10 Da audiência de custódia .....	141
8.11 Da Súmula nº 492 do Superior Tribunal de Justiça.....	147
8.12 Da progressão de regime de cumprimento de pena.....	147
8.13 Da pena restritiva de direitos para traficantes de drogas.....	149
8.14 Da Anistia, Graça e Indulto.....	151
8.15 Acordo de não persecução criminal no Brasil .....	154
8.16 8.16 Prisão domiciliar no ordenamento jurídico brasileiro.....	170

## **CAPÍTULO IX**

<b>PREVENÇÃO CRIMINAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....</b>	<b>173</b>
9.1 Da prevenção primária do estado .....	173
9.2 Da prevenção secundária do estado.....	173
9.3 Da prevenção terciária do estado .....	174
9.4 Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade.....	174
9.4.1 Fica Vivo! .....	177
9.4.2 Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA).....	179
9.4.3 Mediação de Conflitos.....	180
9.4.4 Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp); .....	181
9.4.5 Selo 'Prevenção Minas'.....	181
9.4.6 Programa 'Se liga'.....	182
9.4.7 Acompanhamento Psicossocial do Agressor .....	183
9.4.8 Projeto Acolhe.....	186
9.5 Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PETP).....	187

## **CAPÍTULO X**

<b>PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE MODERNA NUM PAÍS ARMADO: MONOPÓ- LIO DO ESTADO OU AUTOTUTELA DO CIDADÃO? .....</b>	<b>189</b>
10.1 Linhas Introdutórias.....	189
10.2 Do Conceito de armas de fogo.....	190

10.3 Da evolução histórica da Lei das Armas no Brasil .....	191
10.4 O Projeto de Lei nº 3.722/12.....	193
10.5 Argumentos favoráveis à liberação de armas de fogo .....	195
10.5.1 Reduzir a violência por meio do exercício da autodefesa.....	195
10.5.2 Direito do cidadão de se defender da violência .....	195
10.5.3 Ninguém pode tirar de um homem o direito de defender a sua família.....	195
10.5.4 Empobrecimento da força da sociedade em se defender.....	196
10.5.5 A política desarmamentista não reduz a criminalidade .....	196
10.6 Argumentos contrários à liberação de armas de fogo.....	197
10.6.1 A Segurança é monopólio do Estado, que não pode transferir ao cidadão..	197
10.6.2 Mais armas geram mais crimes de homicídio, de suicídio.....	198
10.6.3 A arma expõe mais a pessoa ao crime. Vale a pena conceder ao cidadão o direito ao porte de arma?.....	198
10.7 Algumas reflexões finais sobre a temática .....	198

## **CAPÍTULO XI**

<b>DO EXAME CRIMINOLÓGICO</b> .....	205
11.1 Da individualização da pena.....	205
11.2 Dos regimes de cumprimento da pena.....	206
11.3 Conceito de exame criminológico.....	207
11.4 Da Comissão Técnica de Classificação .....	207
11.5 Do regime progressivo de cumprimento da pena.....	208

## **CAPÍTULO XII**

<b>A TEMÁTICA DO SERIAL KILLER</b> .....	211
12.1 Conceito de Serial Killer.....	211
12.2 Comportamentos da triade de McDonald .....	212
12.3 Tratamento legal do serial killer na legislação brasileira .....	213
12.4 O PLS nº 140/2010 e o enfrentamento do serial killer .....	215
12.5 O PLS nº 236/2012 e a reforma do Código Penal .....	217
12.6 O caso do serial killer de Goiânia.....	218

## **CAPÍTULO XIII**

<b>TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA CRIMINOLOGIA</b> .....	221
13.1 Breves comentários sobre bullying .....	222
13.1.1 Conceito de Bullying .....	222

13.1.2	Modalidades de Bullying.....	222
13.1.3	Bullying verbal.....	222
13.1.4	Bullying Físico.....	222
13.1.5	Bullying Indireto.....	223
13.1.6	A alienação social.....	223
13.1.7	Intimidação.....	223
13.1.8	Cyberbullying .....	223
13.2	Aspectos gerais sobre pedofilia.....	225
13.2.1	A pedofilia e a OMS.....	225
13.2.2	A pedofilia e a atipicidade penal.....	227
13.2.3	A adequação típica da pedofilia .....	228
13.3	Das modalidades de assédio na sociedade moderna.....	230
13.3.1	Assédio sexual.....	230
13.3.2	Da temática do assédio moral.....	233
13.3.2.1	A Lei de Assédio Moral em Minas Gerais .....	234
13.4	A nova tipicidade do stalking no brasil.....	237
13.5	A tentativa de tipificar como crime o staring.....	242
13.6	do assédio processual.....	245
13.7	DSD - depoimento sem dano.....	247
13.7.1	Objetivos do projeto .....	247
13.7.2	Proteção normativa das vítimas de crimes .....	248
13.7.3	Casa da Criança e do Adolescente.....	249
13.7.4	Termo de Cooperação Interinstitucional nº 22/2021 .....	251
13.8	Justiça Restaurativa no Brasil.....	257
13.8.1	Origem da Justiça restaurativa .....	257
13.9	O juizado especial e a mediação de conflitos no Brasil .....	258
13.9.1	O juizado Especial no Brasil .....	258
13.9.2	A Lei de Arbitragem no Brasil.....	258
13.9.3	A mediação de conflitos no Brasil .....	259
13.9.4	A Resolução do Conselho Nacional de Justiça.....	259
13.9.5	Princípios básicos de Justiça Restaurativa da ONU.....	261
13.10	Morte Autoprovocada No Sistema Prisional brasileiro. Reflexões sobre causas, vulnerabilidades, efeito <i>Werther</i> .....	263
13.10.1	Noções preliminares .....	263
13.10.2	Dos estabelecimentos penais no Brasil .....	266
13.10.3	Unidades de referências no sistema prisional no Brasil .....	268



13.10.4	O suicídio no sistema prisional brasileiro.....	269
13.10.5	O suicídio e o efeito de Werther.....	272
13.10.6	Principais causas de suicídio e o que fazer para evitar.....	273
13.10.7	Vulnerabilidades psicossociais associadas ao cárcere.....	276
13.11	Mulheres em cumprimento de penas privativas de liberdade no Brasil. As regras de Bangkok e a promoção dos direitos humanos.....	281
13.12	Código Penal Brasileiro. Instrumento de Prevenção por Meio da Coação Social...	290
13.12.1	Noções preliminares.....	291
13.12.2	Das modificações na Parte Geral do Código Penal.....	293
13.12.3	Das modificações na Parte Especial do Código Penal.....	295
13.12.4	Do arbitramento da fiança por parte da Autoridade Policial.....	305
13.12.5	Dos verbos que compõem a estrutura típica dos crimes.....	309
13.13	Ruralização do crime organizado no Brasil. Impactos nefastos para o Agronegócio.....	319
13.13.1	Notas introdutórias.....	319
13.13.2	A migração do Crime organizado para a zona rural.....	321
13.13.3	A Declaração de Copenhague na defesa da indústria pesqueira.....	325
13.13.4	O ranking nacional do crime de abigeato e seu enfrentamento do ilícito.....	325
13.13.5	O objeto material do crime.....	326
13.13.6	A interestadualização do crime e as vulnerabilidades das fronteiras abertas.....	327
13.13.7	Reflexões Finais.....	337
13.14	A imprescindibilidade da polícia penal no cenário de pretensão executória no Brasil. O novo perfil do Policial Penal na promoção e garantia de direitos.....	338
13.14.1	Linhas introdutórias.....	339
13.14.2	A Segurança Pública na Constituição Brasileira.....	340
13.14.3	Dos Sistemas Penitenciários.....	341
13.14.3.1	Do Sistema Pensilvânico ou Celular.....	341
13.14.3.2	Do Sistema Auburniano.....	342
13.14.4	Do Sistema Progressivo.....	343
13.15	O novo perfil do Policial Penal atuante no sistema progressivo.....	349
13.16	Os crimes cibernéticos e a convenção de Budapeste, antes tarde, que nunca!..	363
13.17	Crônica de uma justiça injusta.....	369
13.18	Deglutição de drogas para o transporte e a atuação dos órgãos de segurança pública. Ênfase na atuação da Polícia Penal na segurança dos presídios do Brasil	373
13.18.1	Notas introdutórias.....	374
13.18.2	Abordagem policial e a fundada suspeita.....	375
13.18.3	Abordagem de suspeitos em aeroportos.....	376

13.18.4	Abordagem às pessoas nas entradas dos estabelecimentos penais .....	379
13.18.5	Caso concreto de intervenção da Polícia Penal de Minas Gerais no Presídio Antônio Dutra Ladeira em Ribeirão das Neves/MG.....	385
13.19	Dia mundial de combate à injustiça. Uma responsabilidade coletiva e obrigação difusa.....	392
13.20	Olha o baculejo, malandragem. Justiça exige subjetivismo inofismavelmente fundamentado .....	396
13.20.1	Notas introdutórias .....	396
13.20.2	Recurso em Habeas Corpus Nº 158580.....	397
13.20.3	Da Concessão do Mandado de Olhada.....	401
13.21	O papel da Polícia Civil na promoção de justiça no Brasil. Acesso à Justiça sem demora e Segurança Pública como direitos fundamentais.....	405
13.21.1	Introdução.....	406
13.21.2	Notas gerais sobre atribuição da Polícia Civil.....	408
13.21.3	Do Poder Requisitório.....	413
13.21.4	Da Reprodução Simulada dos fatos .....	414
13.21.5	Da representação por prisão provisória e outras medidas cautelares.....	415
13.21.5.1	Da prisão temporária .....	415
13.21.5.2	Da prisão preventiva.....	416
13.21.5.3	Da interceptação telefônica .....	416
13.21.5.4	Da captação ambiental de sinais eletromagnéticos.....	416
13.21.5.5	Do mandado de busca e apreensão.....	417
13.21.5.6	Da medida assecuratória de sequestro .....	418
13.21.6	Da concessão de fiança por Delegado de Polícia .....	418
13.21.7	Do incidente de insanidade do acusado.....	419
13.22	Da concessão da medida de urgência na Lei Maria da Penha.....	420
13.22.1	Do papel da Autoridade Policial nos institutos processuais da Lei do Crime Organizado .....	423
13.22.1.1	Da colaboração premiada.....	423
13.22.1.2	Da ação controlada.....	423
13.22.1.3	Da infiltração de agentes.....	424
13.22.2	Da atuação da autoridade policial no ANPP .....	424
13.22.3	Da Polícia Judiciária Eleitoral.....	426
13.22.4	Da apuração dos atos infracionais praticados por adolescentes em conflito com a lei.....	426
13.22.5	Novos desafios e perspectivas da Polícia Civil na sociedade moderna.....	428
13.22.6	Processo e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo nas Unidades Policiais.....	430

13.23 A onda das fake news no brasil e a necessidade de seu combate.....	434
13.24. Nova roupagem do crime de injúria racial. Repercussões processuais no deslocamento topográfico da figura típica.....	442
13.25. Aspectos jurídicos e conceituais das manifestações em Brasília. Golpismo, terrorismo ou atipicidade?.....	455
13.26. Liberdade de expressão dos policiais. Limitações dos direitos de Primeira Dimensão aos policiais?.....	464
<b>DAS REFLEXÕES FINAIS</b> .....	469
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	479
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO</b> .....	485